

Tenda Atacado S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Tenda Atacado S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Tenda Atacado S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tenda Atacado S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Reconhecimento de crédito de IRPJ e CSLL na repetição de indébito tributário

Por que é um PAA

Conforme divulgado na nota explicativa nº 8 (ii) às demonstrações financeiras, a Sociedade registrou o montante de R\$ 29.464 mil em 2021 como benefício fiscal na apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) do exercício de 2021, após julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (“STF”) do mérito RE nº 1.063.187 que fixou a tese do Tema nº 962, considerando inconstitucional a incidência do IRPJ e CSLL incidente sobre juros apurados sobre indébitos tributários. Para a Sociedade, a decisão representou a possibilidade de reaver os valores pagos de IRPJ e CSLL sobre a Selic incidente sobre os créditos fiscais de PIS e COFINS registrados nos exercícios de 2019 e 2020.

A Sociedade procedeu com: (i) a avaliação específica do Mandado de Segurança que impetrou antes da decisão do STF, (ii) obtenção de parecer de assessor jurídico e (iii) mensuração do valor a ser reconhecido, concluindo pelo registro do benefício fiscal no exercício de 2021.

Devido à relevância do risco envolvido no reconhecimento de benefício fiscal na esfera federal e relevante esforço na interpretação processual e mensuração dos valores envolvidos, consideramos a avaliação, mensuração e divulgação desse assunto como área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) envolvimento de especialistas tributários para revisão e análise processual e metodologia de cálculo; (ii) o teste amostral de documentação suporte utilizada na apuração dos créditos fiscais; e (iii) revisão da divulgação realizada nas demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, entendemos que os critérios e metodologias adotados pela Administração para avaliação dos efeitos do registro dos saldos de IRPJ e CSLL a recuperar, oriundo da tese da não incidência desses impostos sobre juros sobre indébitos tributários, bem como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, que deve ser disponibilizado após a data desse relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, quando lermos o Relatório da Administração, concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão à Administração.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2022


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Natácha Rodrigues dos Santos
Contador
CRC nº 1 SP 257140/O-0

TENDA ATACADO S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais – R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Notas</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>PASSIVO</u>	<u>Notas</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	194.541	157.832	Fornecedores	11	544.753	487.753
Aplicações financeiras	5	20.009	-	Empréstimos e financiamentos	12	106.798	112.260
Contas a receber	6	180.049	209.854	Debêntures	12	35.316	27.701
Estoques	7	513.216	413.183	Salários e encargos sociais		46.176	31.891
Impostos a recuperar	8	47.632	76.015	Impostos e contribuições a recolher		17.239	19.751
Outros ativos circulantes		20.114	13.264	Dividendos a Pagar		46.264	42.123
Instrumentos financeiros derivativos	21	6.252	-	Passivo de arrendamento	10	64.510	48.191
Total do ativo circulante		<u>981.813</u>	<u>870.148</u>	Outros passivos circulantes		2.884	2.279
				Total do passivo circulante		<u>863.940</u>	<u>771.949</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Impostos a recuperar	8	86.450	60.000	Empréstimos e financiamentos	12	72.150	183.071
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	15.871	6.765	Debêntures	12	354.698	61.875
Depósitos judiciais	14	3.064	3.139	Provisão para demandas judiciais	14	13.624	9.376
Outros ativos não circulantes		281	79	Passivo de arrendamento	10	279.899	246.410
Imobilizado	9	774.861	543.845	Outros passivos não circulantes		969	965
Intangível		<u>10.347</u>	<u>4.517</u>	Total do passivo não circulante		<u>721.340</u>	<u>501.697</u>
Total do ativo não circulante		<u>890.874</u>	<u>618.345</u>				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16		
				Capital Social		46.247	46.247
				Reserva Legal		9.249	9.378
				Reserva de lucros		<u>231.911</u>	<u>159.222</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>287.407</u>	<u>214.847</u>
Total do ativo		<u><u>1.872.687</u></u>	<u><u>1.488.493</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>1.872.687</u></u>	<u><u>1.488.493</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TENDA ATACADO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita operacional líquida	17	5.151.671	4.320.458
Custo das mercadorias vendidas	18	<u>(4.234.896)</u>	<u>(3.599.057)</u>
Lucro bruto		916.775	721.401
(DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS:			
Despesas com vendas	18	(134.844)	(113.175)
Despesas gerais e administrativas	18	(634.066)	(503.814)
Outras (despesas) receitas, líquidas	19	<u>(7.515)</u>	<u>129.429</u>
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		<u>140.350</u>	<u>233.841</u>
Despesas financeiras	20	(56.832)	(46.006)
Receitas financeiras	20	14.443	81.604
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>97.961</u>	<u>269.439</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL:			
Corrente	13	(10.405)	(90.918)
Diferido	13	9.105	(1.159)
LUCRO DO EXERCÍCIO		<u>96.661</u>	<u>177.362</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TENDA ATACADO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais – R\$)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro do exercício	96.661	177.362
Total de resultado abrangente do exercício	<u>96.661</u>	<u>177.362</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TENDA ATACADO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais – R\$)

		<u>Capital Social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de Lucros</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		46.247	509	32.852	-	79.608
Lucro do exercício		-	-	-	177.362	177.362
Reserva Legal	16	-	8.869	-	(8.869)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16	-	-	-	(42.123)	(42.123)
Destinação do lucro do exercício		-	-	126.370	(126.370)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		<u>46.247</u>	<u>9.378</u>	<u>159.222</u>	<u>-</u>	<u>214.847</u>
Lucro do exercício		-	-	-	96.661	96.661
Reserva Legal	16	-	(129)	129	-	-
Créditos tributários - Lei do Bem		-	-	64	-	64
Dividendos mínimos obrigatórios	16	-	-	-	(24.165)	(24.165)
Destinação do lucro do exercício		-	-	72.496	(72.496)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>46.247</u>	<u>9.249</u>	<u>231.911</u>	<u>-</u>	<u>287.407</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TENDA ATACADO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais – R\$)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício antes do imposto de renda e contribuição social		97.961	269.439
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa das atividades operacionais			
Depreciação e amortização		57.771	51.847
Amortização – Direito de Uso	9 e 10	57.755	42.980
Perda por Impairment	9	5.539	-
Valor residual da remensuração do passivo de arrendamento		(1.171)	-
Amortização do Custo de Captação	12	130	-
(Ganho) Perda com Instrumentos financeiros	21	(6.252)	-
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	12	27.662	13.040
Encargos financeiros sobre passivo de arrendamento	10	24.062	21.561
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	6	(397)	277
Provisão (reversão) para demandas judiciais	14	5.360	1.292
Valor residual da baixa de ativo imobilizado e intangível		611	794
Redução (aumento) em ativos			
Contas a receber		30.202	(155.292)
Estoques		(100.033)	6.223
Impostos a recuperar		28.161	(83.976)
Depósitos judiciais		75	(1.009)
Outros ativos		(7.052)	(7.319)
Aumento (redução) em passivos			
Fornecedores		50.696	28.290
Salários e encargos sociais		14.285	6.595
Impostos e contribuições a pagar		4.810	1.640
Outros passivos		609	(2.021)
Demandas judiciais pagas		(1.112)	(2.736)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(47.328)	(93.840)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		<u>242.344</u>	<u>97.785</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras		(20.009)	-
Aquisição de Imobilizado	9	(242.453)	(111.983)
Aquisição de intangível		(7.044)	(3.410)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(269.506)</u>	<u>(115.393)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	12	319.200	305.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	12	(143.924)	(147.672)
Pagamento de empréstimos e financiamentos – juros	12	(19.013)	(12.285)
Contraprestação de arrendamentos – principal	10	(48.306)	(38.270)
Contraprestação de arrendamentos – juros	10	(24.062)	(21.561)
Dividendos pagos	16	(20.024)	(2.416)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		<u>63.871</u>	<u>82.796</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa líquidos		<u>36.709</u>	<u>65.188</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		157.832	92.644
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>194.541</u>	<u>157.832</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa líquidos		<u>36.709</u>	<u>65.188</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TENDA ATACADO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Tenda Atacado S.A. (“Companhia” ou “Sociedade”), com matriz na Rua Professor João Cavalheiro Salem, 365, Bonsucesso - Guarulhos – SP, fundado em janeiro de 2001, é uma sociedade anônima de capital fechado e seu objeto é a distribuição, o comércio atacadista e varejista, a importação e exportação de produtos alimentícios em geral e outros produtos por meio de sua cadeia de lojas de atacado, e-commerce, lojas de conveniência (lanchonete) e postos de combustíveis automotivos.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia operava 40 lojas, 31 lanchonetes, 3 postos de combustíveis e 5 centros de distribuição, cuja operação está distribuída pelo Estado de São Paulo, principalmente na Grande São Paulo e Interior.

1.1. Covid - 19

A Companhia manteve as iniciativas adotadas desde março de 2020 para mitigar a transmissão do vírus e assegurar a saúde e segurança de seus clientes e colaboradores, nas lojas, centros de distribuição e escritórios. Dentre as principais medidas tomadas pela Companhia, podemos citar:

- Rápida implementação de um conjunto de medidas abrangentes, além dos exigidos pelos órgãos de saúde pública, em lojas e centros de distribuição;
- Adoção de uma série de medidas para mitigar o risco de transmissão nos locais de trabalho administrativo, como a recomendação de teletrabalho;
- Aumento do estoque de produtos mais sensíveis e prioritários;
- Fortalecimento do quadro de colaboradores de lojas e CDs;
- desenvolvimento acelerado de nossas capacidades no e-commerce; e
- Negociações recorrentes com fornecedores para evitar ou conter aumento de preços.

Desde o início do surto do COVID-19 nossas lojas permaneceram abertas, uma vez que não sofremos as restrições impostas pelo governo de fechamento, ou lockdown, por sermos considerados serviço essencial. Nossas medidas resultaram em um baixo nível de contaminação por parte dos colaboradores, de forma que o absenteísmo não representou ameaça à continuidade das atividades nas lojas, centros de distribuição ou nos escritórios.

1.2. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando num futuro previsível e concluiu que tem a capacidade de manter suas operações e sistemas funcionando normalmente, mesmo diante da pandemia COVID- 19. Assim, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E MENSURAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com as alterações da Lei 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros do Conselho de Administração em 28 de março de 2022.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos, que foram mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.2. Moeda funcional e conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio de fechamento na data de encerramento do exercício. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.3. Classificação entre circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos nos balanços patrimoniais com base na sua classificação como circulante ou não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da Companhia;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data de encerramento do exercício; e

- Está classificado como caixa ou equivalente de caixa, conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) /IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data de encerramento do exercício.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Companhia;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data de encerramento do exercício; e
- A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data de encerramento do exercício.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.4. Pronunciamentos novos ou revisados, vigentes e não vigentes

Em 2021, a Companhia aplicou emendas e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2021. As principais alterações foram:

IAS 1 (CPC 26 (R1)) e IAS 8 (CPC 23): Definição de material – As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência – As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento – As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada a Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia não adotou antecipadamente as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

Alterações ao IAS 8 – Definição de estimativas contábeis. Aplicáveis para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros e como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. A Administração avalia que essas alterações não terão impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

IFRS 3 (CPC 15 (R1)): Definição de negócios: aplicáveis para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022. As alterações ao IFRS 3 esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos. A Administração avalia que essas alterações não terão impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26 (R1), de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, o Tenda Atacado avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo e financiamentos existentes podem exigir renegociação.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem com as divulgações de passivos contingentes.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e as revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Os principais julgamentos e estimativas estão descritos nas seguintes notas explicativas:

	Nota Explicativa
Provisão do valor recuperável de ativos financeiros	6
Avaliação de recuperabilidade dos ativos tangíveis	9
Obrigações com passivos de arrendamento	10
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13
Provisão para demandas judiciais	14

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Prática contábil

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

b) Composição dos saldos

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixas e bancos	23.348	17.596
Aplicação Automática (i)	7.742	19.931
Certificados de Depósito Bancário (CDB) (ii)	147.206	10.593
Debêntures (ii)	5.005	109.712
Aplicações financeiras – Partes Relacionadas Nota 15 (iii)	11.240	-
	<u>194.541</u>	<u>157.832</u>

- (i) A Aplicação automática é o direcionamento do dinheiro parado em conta corrente, ou parte dele, para algum investimento. Em 31 de dezembro de 2021, a aplicação automática era remunerada a uma taxa média de 20% do CDI (20% em 2020).
- (ii) Estão representados por aplicações financeiras em debêntures e Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. Podem ser resgatáveis com o próprio emissor a qualquer momento e não estão sujeitas à mudança significativa de valor. Os títulos possuem rentabilidade compatível com a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e são mantidos junto a instituições de primeira linha (Bradesco, Banco do Brasil, Itaú, Safra, Santander e XP Investimentos) com remunerações atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 31 de dezembro de 2021, as aplicações financeiras eram remuneradas a uma taxa média de 102,6% do CDI (101,8% do CDI em 31 de dezembro de 2020);

- (iii) As aplicações financeiras com partes relacionadas são representadas por emissões de debêntures pela coligada Tenda Securitizadora S.A. (“Tenda Securitizadora”), remuneradas em média de 120% do Certificado de Depósito Interbancário, podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da sua remuneração pactuada.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Prática contábil

Compreendem os saldos de aplicações financeiras, registradas pelo (i) valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos ou (ii) mensuradas ao valor justo por meio do resultado no final de cada período. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo, bem como os rendimentos, são registrados pelo regime de competência na demonstração do resultado, nas rubricas “Receitas financeiras” e “Despesas financeiras”.

b) Composição dos saldos

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Certificado de recebíveis imobiliários – CRI	11.553	
Letras Financeiras – LF’s	8.456	
	<u>20.009</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2021, as aplicações financeiras eram remuneradas a uma taxa média de 90% do CDI.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Prática contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos recebíveis pelas vendas de mercadorias com a utilização de cartões de crédito da rede própria (Voxcred) e de terceiros, principalmente Rede, Cielo e Ticket, bem como vendas diretas a clientes pessoa jurídica, por concessão de crédito.

Os saldos são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos das contas a receber, o qual se aproxima do método de custo amortizado, deduzido das perdas de crédito esperadas, que são estabelecidas quando há indícios de perdas esperadas e que a Sociedade não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

b) Uso de julgamentos e estimativas

A Administração da Companhia realiza avaliação com base em doze meses ou por toda a vida do ativo financeiro e registra os efeitos quando houver indicativos de perdas em crédito esperadas nos ativos financeiros. A Companhia aplicou a abordagem simplificada uma vez que as contas a receber são formadas por contas a receber de administradoras de cartões de crédito, dessa forma, a Companhia não possui risco atrelado a carteira de clientes.

c) Composição dos saldos

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Administradoras de cartões (i)	112.955	108.841
Contas a receber - partes relacionadas – Nota 15 (i)	56.069	58.991
Clientes	12.838	44.232
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	<u>(1.813)</u>	<u>(2.210)</u>
	<u>180.049</u>	<u>209.854</u>

- (i) A Companhia tem por política realizar antecipação de recebíveis junto a operadoras de cartão de crédito para fins de fortalecimento de caixa de forma eventual e conforme a necessidade de seu fluxo de caixa. Durante o ano de 2021 realizou a antecipação de um total de R\$ 468.821 de recebíveis (R\$ 554.814 em 2020). Os juros incorridos nessas transações estão registrados no resultado financeiro.

O repasse do cartão de crédito próprio (Cartão Tenda), permaneceu em D+30, em linha com os repasses das demais operadoras.

A idade do saldo de contas a receber de clientes e demais contas a receber pode ser demonstrada conforme segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
A vencer	161.761	192.035
Títulos vencidos:		
De 1 a 30 dias	3.481	2.003
De 31 a 60 dias	3.635	3.531
De 61 a 90 dias	2.834	74
De 91 a 120 dias	2.653	1.089
Acima de 121 dias	<u>7.498</u>	<u>13.332</u>
Total	<u>181.862</u>	<u>212.064</u>

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa no exercício foi:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo em 1º de janeiro	(2.210)	(1.933)
Constituição de provisão	(406)	(1.061)
Recuperação de créditos vencidos	<u>803</u>	<u>784</u>
Saldo final	<u>(1.813)</u>	<u>(2.210)</u>

7. ESTOQUES

a) Prática contábil

Os estoques são registrados pelo custo de aquisição e posteriormente mensurados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos dos custos adicionais estimados necessários para a realização da venda. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui todos os componentes do custo de compra dos bens vendidos. A Administração ajusta regularmente a realização do valor de estoque devido a perdas e outras quebras.

b) Composição dos saldos

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lojas	438.447	327.489
Centro de distribuição	71.094	82.046
Material de uso e consumo	2.607	2.864
Combustíveis	1.068	784
	<u>513.216</u>	<u>413.183</u>

A Administração reconhece as perdas diretamente no resultado, portanto, não constitui provisão para estoques, visto que estas se realizam no mês subsequente e o giro do estoque é de aproximadamente um mês.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

a) Prática contábil

Registrados e mantidos no balanço patrimonial pelos valores nominais conhecidos ou estimados atualizados até as datas de encerramento dos exercícios, quando aplicável.

b) Composição dos saldos

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
PIS e COFINS a recuperar (i)	89.689	125.912
ICMS a recuperar	11.197	8.292
IRPJ e CSLL a recuperar (ii)	31.111	1.383
Outros impostos a recuperar	2.085	428
	<u>134.082</u>	<u>136.015</u>

Circulante	47.632	76.015
Não circulante	86.450	60.000

(i) Créditos de PIS e COFINS – Exclusão do ICMS

Em 15 de março de 2017, com sede em repercussão geral, o STF determinou que o ICMS deveria ser excluído da base de cálculo do PIS e COFINS. Em 14 de março de 2019, a Companhia obteve trânsito em julgado em seu processo próprio, confirmando o tema.

Os créditos tributários, no montante de R\$176.142, sendo R\$105.646 correspondente ao principal e R\$70.496 correspondente a correção monetária, relacionado ao período de apuração de 2006 a 2017, foram reconhecidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R\$24.878 em 2019, sendo R\$9.563 correspondente a principal e R\$15.315 correspondente a correção monetária, relacionado ao período de apuração de 2001 a 2005. Os valores de principal e correção monetária são apresentados na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais liquidas e receitas financeiras, respectivamente.

A Companhia mensurou os valores a serem recuperados de acordo com a determinação na sentença da ação judicial transitada em julgado, e obteve o deferimento do pedido de habilitação do total desses créditos apurados perante a Receita Federal do Brasil em 10 de agosto de 2020, que estão sendo compensados com os próprios tributos a partir de outubro de 2020. A Companhia estima que os valores serão integralmente utilizados até 2022. Os valores relativos aos períodos de apuração de março de 2017 em diante, já vinham sendo reconhecidos no resultado desde então.

Com base na decisão definitiva obtida através do trânsito em julgado do processo acima, a Companhia concluiu que o ativo deixou de ser contingente e, portanto, foi reconhecido nas demonstrações financeiras conforme foram concluídas as etapas de levantamento de documentação, mensuração e homologação dos créditos.

(ii) IR e CS sobre indêbitos tributários

Em 24 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento de mérito do RE nº 1.063.187, fixou a tese do Tema nº 962 no sentido de ser "... inconstitucional a incidência do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário". Segundo a decisão, unânime no mérito e em sede de repercussão geral, a Selic constitui mera indenização pelo atraso no pagamento da dívida, e não representa acréscimo patrimonial que é o fato gerador para a tributação do IRPJ e da CSLL.

Antes do referido julgamento do tema pelo STF, a Companhia impetrou o Mandado de Segurança nº 5006907-22.2021.4.03.6119 por meio do qual busca a não tributação – pelo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS – da SELIC percebida na repetição do indébito tributário. Sendo provável – com base na ratio decidendi adotada pelo STF no julgamento do Tema 962 – que o judiciário se manifeste favoravelmente no que tange a estas contribuições.

Diante do quadro apresentado, analisando as normas contábeis CPC 32 e ICPC 22, a Administração da Companhia concluiu que a tese passou a apresentar probabilidade de ganho maior que perda. Considerando que o STF venha a ser consistente com suas últimas modulações e que o mérito do tema já foi julgado, é razoável concluir que seria mais provável do que não que o direito da Companhia seja resguardado, e desta forma venha a recuperar o IRPJ e a CSLL recolhidos a maior, sobre os efeitos da atualização de indêbitos tributários pela Selic para os períodos de 5 anos que antecederam o ajuizamento da medida.

Com efeito, a Companhia registrou no período findo em 31 de dezembro de 2021, créditos tributários de imposto de renda no montante de R\$ 29.664 como IRPJ e CSLL a recuperar pelo fato de ter integralmente tributado referido crédito no momento da contabilização do crédito principal, o que ocorreu no exercício de 2020.

9. IMOBILIZADO

a) Prática contábil e uso de estimativa

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado

Os itens do ativo imobilizado que apresentam indicadores de perda de seu valor recuperável, com base em fatores financeiros e econômicos, considerando o prazo de maturação dos investimentos, têm seus valores contábeis anualmente revisados, através de estudo detalhado para cada UGC, pelo cálculo dos fluxos de caixa futuros descontados e pela utilização de taxa para desconto a valor presente, para assegurar que eventual provisão para perdas do valor contábil seja registrada no resultado do exercício analisado.

Nas datas de encerramento dos exercícios, o valor contábil do ativo imobilizado é revisado para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Se o montante recuperável de um ativo (ou Unidade Geradora de Caixa - UGC) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou UGC) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

b) Composição dos saldos

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Instalações	79.402	75.777
Benfeitorias	269.583	91.045
Móveis e utensílios	49.163	22.229
Equipamentos de informática	22.340	17.543
Veículos	3.036	2.499
Máquinas e equipamentos	26.143	13.848
Outros bens	273	953
Ativos de direito de uso	322.307	277.341
Imobilizado em andamento	1.092	39.291
Adiantamento a fornecedores	7.061	3.319
Perda por Impairment	(5.539)	-
	<u>774.861</u>	<u>543.845</u>

c) Movimentação dos saldos

	% Taxa média de depreciação	31/12/2020	Adição (i)	Baixas	Transferência	Remensuração direito de uso	Provisão para Impairment	31/12/2021
Custo								
Instalações		136.833	19.118	(258)	(276)	-	-	155.417
Benfeitorias		226.847	168.163	(281)	38.199	-	(7.055)	425.873
Móveis e utensílios		43.293	30.559	(83)	286	-	-	74.055
Equipamentos de informática		36.536	10.755	(511)	157	-	-	46.937
Veículos		9.222	1.554	(47)	-	-	-	10.729
Máquinas e equipamentos		36.737	14.796	(79)	(105)	-	-	51.349
Outros bens		4.736	70	(14)	(62)	-	-	4.730
Ativos de direito de uso		359.498	67.238	-	-	35.483	-	462.219
Imobilizado em andamento		39.291	-	-	(38.199)	-	-	1.092
Adiantamento a fornecedores		3.319	3.742	-	-	-	-	7.061
Total		896.312	315.995	(1.273)	-	35.483	(7.055)	1.239.462
Depreciação								
Instalações	10%	(61.056)	(15.163)	2	202	-	-	(76.015)
Benfeitorias	10%	(135.802)	(27.548)	5	-	-	1.516	(161.829)
Móveis e utensílios	10%	(21.064)	(3.669)	74	(233)	-	-	(24.892)
Equipamentos de informática	20%	(18.993)	(5.925)	443	(122)	-	-	(24.597)
Veículos	20%	(6.723)	(1.017)	47	-	-	-	(7.693)
Máquinas e equipamentos	10%	(22.889)	(2.496)	79	100	-	-	(25.206)
Outros bens	10%	(3.783)	(739)	12	53	-	-	(4.457)
Ativos de direito de uso		(82.157)	(57.755)	-	-	-	-	(139.912)
Total		(352.467)	(114.312)	662	-	-	1.516	(464.601)
Valor residual		543.845						774.861

(i) Refere-se substancialmente a investimentos na construção de 4 novas lojas (Ubatuba, Praia Grande 2, Jaú e Matão), modernização do CD de Guarulhos e reformas em lojas reinauguradas.

	<u>% Taxa média de depreciação</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferência</u>	<u>Remensuração direito de uso</u>	<u>31/12/2020</u>
Custo							
Instalações		119.669	17.271	(139)	32	-	136.833
Benfeitorias		177.579	43.548	(306)	6.026	-	226.847
Móveis e utensílios		31.623	11.736	(66)	-	-	43.293
Equipamentos de informática		27.909	8.666	(42)	3	-	36.536
Veículos		8.618	947	(343)	-	-	9.222
Máquinas e equipamentos		32.091	4.866	(220)	-	-	36.737
Outros bens		3.281	1.497	(7)	(35)	-	4.736
Ativos de direito de uso		311.993	20.244	(2.522)	-	29.783	359.498
Imobilizado em andamento		15.839	23.452	-	-	-	39.291
Adiantamento a fornecedores		9.345	-	-	(6.026)	-	3.319
Total		<u>737.947</u>	<u>132.227</u>	<u>(3.645)</u>	<u>-</u>	<u>29.783</u>	<u>896.312</u>
Depreciação							
Instalações	10%	(46.626)	(14.431)	2	(1)	-	(61.056)
Benfeitorias	10%	(110.153)	(25.664)	15	-	-	(135.802)
Móveis e utensílios	10%	(18.630)	(2.465)	31	-	-	(21.064)
Equipamentos de informática	20%	(14.646)	(4.347)	2	(2)	-	(18.993)
Veículos	20%	(6.201)	(793)	271	-	-	(6.723)
Máquinas e equipamentos	10%	(20.941)	(1.956)	8	-	-	(22.889)
Outros bens	10%	(2.143)	(1.643)	-	3	-	(3.783)
Ativos de direito de uso		(39.177)	(42.980)	-	-	-	(82.157)
Total		<u>(258.517)</u>	<u>(94.279)</u>	<u>329</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(352.467)</u>
Valor residual		<u>479.430</u>					<u>543.845</u>

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia registrou perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) das benfeitorias em imóveis de terceiros da unidade de São José do Rio Preto, conforme divulgado na Nota Explicativa 23.

A Companhia não possui bens penhorados ou bloqueados judicialmente. Adicionalmente, certos bens foram cedidos em garantia de empréstimos conforme divulgado na nota explicativa nº 12.

10. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTOS

a) Prática contábil e uso de estimativa

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos que representam o direito de uso dos ativos subjacentes na data de início do arrendamento. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo (12 meses ou menos) e de ativos de baixo valor, são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do contrato.

A Companhia possui contratos de arrendamento de diversos imóveis, que são os espaços onde funcionam suas lojas. Os prazos contratuais de arrendamento desses imóveis variam entre 10 e 20 anos com renovação por igual período. As obrigações da Companhia nos termos de seus arrendamentos são asseguradas pela titularidade do arrendador sobre os ativos arrendados. Existem vários contratos de arrendamento que contemplam opções de renovação e de rescisão.

A mensuração inicial do ativo de direito de uso é pelo seu custo, que corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos. Subsequentemente, o ativo de direito de uso é mensurado utilizando-se o método de custo, que corresponde ao custo menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável e corrigido por qualquer remensuração do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao arrendador durante o prazo do arrendamento sendo a taxa de desconto determinada por referência à taxa incremental. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e reduzidos de passivos de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxas de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado. No fluxo de caixa os encargos financeiros são registrados como atividades de financiamento.

Para os contratos cuja parcela é calculada com base em percentuais de vendas das lojas (arrendamentos variáveis) a Companhia não reconhece passivo de arrendamento. Mensalmente os valores de aluguel são registrados no resultado em despesas operacionais.

A Companhia considerou os valores dos pagamentos dos arrendamentos brutos dos valores recuperáveis de PIS e COFINS.

Taxa de juros incremental

A Administração considerou para todos os contratos, taxas de juros necessárias para adquirir ativos em condições similares aos ativos arrendados na data de assinatura do contrato. As taxas adotadas pela Administração consideram o custo de captação baseado no CDI (Certificado de Depósito Interbancário), somado ao spread de risco da Companhia, excluindo-se garantias dadas nas operações de financiamentos. A Administração optou pela utilização da

taxa de desconto de acordo com os respectivos prazos para os contratos que apresentam características semelhantes.

A taxa média ponderada determinada pela Administração é de 7,34% para contratos até 10 anos e 9,45% para contratos acima de 10 anos.

b) Composição e movimentação dos saldos – ativo e passivo

A seguir estão os valores contábeis dos ativos de direito de uso de imóveis reconhecidos e as movimentações durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo inicial	277.341	272.816
Adições	63.802	20.244
Pis e Cofins a recuperar	3.436	(2.522)
Remensurações de contratos (i)	35.483	29.783
Amortização	<u>(57.755)</u>	<u>(42.980)</u>
Saldo final	<u>322.307</u>	<u>277.341</u>

Abaixo são apresentados os valores contábeis dos passivos de arrendamento e as movimentações durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo inicial	294.601	282.844
Adições	63.802	20.244
Remensuração de contratos (i)	34.312	29.783
Pagamentos de juros	(24.062)	(21.561)
Contraprestações	(48.306)	(38.270)
Juros	<u>24.062</u>	<u>21.561</u>
Saldo Final	<u>344.409</u>	<u>294.601</u>
Circulante	64.510	48.191
Não circulante	279.899	246.410

(i) Inclui o saldo líquido de R\$ 1.171 apurado entre a remensuração do Ativo e Passivo do contrato de São José do Rio Preto, conforme divulgado na nota explicativa 23.

11. FORNECEDORES

Os fornecedores são obrigações a pagar pela aquisição de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as obrigações a pagar com fornecedores são apresentadas como passivo não circulante. As obrigações a pagar com fornecedores são reconhecidas pelo seu valor nominal, atualizadas pelas respectivas taxas de contratos quando aplicável, e são equivalentes ao seu valor justo.

a) Composição dos saldos

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Nacionais	367.268	342.325
Internacionais	2.973	2.989
Partes relacionadas (a) e nota explicativa 15	148.717	114.643
Serviços e consumo	<u>25.795</u>	<u>27.796</u>
	<u>544.753</u>	<u>487.753</u>

a) Fornecedores – partes relacionadas

A Companhia mantém operações financeiras relacionadas à antecipação de recebíveis dos seus fornecedores no total de R\$ 136.413 em 2021 (R\$ 110.029 em 2020). A referida operação é efetuada por meio da coligada Tenda Securitizadora e não altera substancialmente os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos entre os fornecedores e a Companhia, portanto, a Administração a classifica na rubrica de Fornecedores.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição dos saldos

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Debêntures (1ª emissão)	62.330	89.576
Debêntures (2ª emissão)	338.312	-
Custos de captação	(10.628)	-
Capital de Giro	172.783	282.086
Financiamentos – FINAME	5.330	12.343
Outros financiamentos	835	902
	<u>568.962</u>	<u>384.907</u>
Passivo circulante	142.114	139.961
Passivo não circulante	426.848	244.946

b) Movimentação dos saldos

Modalidade	<u>31/12/2020</u>	Captação	Pagamento principal	Pagamento juros	Juros	Amortização	<u>31/12/2021</u>
Debêntures – 2ª emissão (i)	-	329.399	-	-	8.913	-	338.312
Custo de Captação	-	(10.758)	-	-	-	130	(10.628)
Capital de giro (ii)	282.086	-	(108.811)	(14.347)	13.855	-	172.783
Debêntures – 1ª emissão (iii)	89.576	-	(27.500)	(4.212)	4.466	-	62.330
Financiamentos – FINAME (iv)	12.343	-	(6.988)	(453)	428	-	5.330
Outros financiamentos	902	559	(625)	(1)	-	-	835
	<u>384.907</u>	<u>319.200</u>	<u>(143.924)</u>	<u>(19.013)</u>	<u>27.662</u>	<u>130</u>	<u>568.962</u>

- (i) Refere-se à primeira e segunda emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, lastreadas a certificados de recebíveis imobiliários – CRI, emitidos pela Virgo Companhia de Securitização em duas séries, os vencimentos de juros são semestrais, sendo o primeiro pagamento previsto para abril de 2022, já o vencimento do principal é anual, sendo o primeiro pagamento das debêntures da primeira série previsto para outubro de 2024 e o último em outubro de 2026 e o primeiro pagamento das debêntures da segunda série previsto para outubro de 2024 e o último em outubro de 2028. Para a respectiva transação, a Companhia conta com avalistas, não solidários, responsáveis pelas obrigações assumidas. A dívida será atualizada pela variação acumulada do IPCA, adicionada de juros remuneratórios correspondentes a 6,4803% para as debêntures da primeira série e 6,9809% para as debêntures da segunda série. Para eliminar a exposição à flutuação do IPCA, considerando, a Administração da Companhia celebrou a contratação de Swap junto ao Banco do Brasil, conforme nota explicativa 21 (i).
- (ii) Empréstimos junto ao Banco do Brasil, Itaú, Safra e Santander, sob a modalidade de capital de giro, com remuneração média de 100% do CDI + 2,60% a.a. e vencimentos diversos, sendo o último para dezembro de 2024. Para as respectivas transações, a Companhia conta com notas promissórias de série 6ª a 12ª emitidas em 5 de agosto de 2019 no valor de R\$105.000, além de avalistas, não solidários, responsáveis pelas obrigações assumidas;
- (iii) Emissão pública de Debêntures simples não conversíveis em ações, série única, captada em 30 de março de 2020 no valor de R\$110.000, com vencimento final março de 2024. Para a respectiva transação, a Companhia conta com avalistas, não solidários, responsáveis pelas obrigações assumidas;
- (iv) Trata-se de operações de financiamentos realizados pela Companhia, na modalidade financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos - FINAME, com vencimento final em janeiro de 2025. Para os contratos de Finame as garantias são os próprios bens financiados;

Os avalistas são entidades coligadas e/ou os acionistas da Companhia. As notas promissórias (capital de giro) estão sujeitas a cláusulas restritivas, descritas no item (c).

Modalidade	31/12/2019	Entrada	Pagamento principal	Pagamento juros	Juros	31/12/2020
Capital de giro	207.990	195.000	(121.449)	(8.470)	9.015	282.086
Debêntures	-	110.000	(20.625)	(2.869)	3.070	89.576
Financiamentos – FINAME	17.933	-	(5.598)	(946)	954	12.343
Outros financiamentos	901	-	-	-	1	902
	<u>226.824</u>	<u>305.000</u>	<u>(147.672)</u>	<u>(12.285)</u>	<u>13.040</u>	<u>384.907</u>

c) Cláusulas restritivas (covenants)

O empréstimo de capital de giro (nota promissória) captados com o Banco Safra está sujeito a cláusulas restritivas que estabelecem, além de determinadas obrigações usuais, que a dívida financeira líquida em relação ao índice EBITDA não exceda 4,00. A Companhia está adimplente com esta obrigação em 31 de dezembro de 2021.

As debêntures da 1ª e da 2ª emissão estão sujeitas a cláusulas restritivas que estabelecem, além de determinadas obrigações usuais, que a dívida financeira líquida em relação ao índice EBITDA não exceda 3,50. O Tenda está adimplente com esta obrigação em 31 de dezembro de 2021.

O empréstimo de capital de giro (NCE) realizado junto ao Banco do Brasil S.A. está sujeito a cláusulas restritivas, que estabelecem, além de determinadas obrigações usuais, que a dívida financeira líquida em relação ao índice EBITDA, não exceda 2,75. A Companhia está adimplente com esta obrigação em 31 de dezembro de 2021.

d) Cronograma de vencimentos

O cronograma de pagamentos das parcelas não circulantes dos empréstimos e financiamentos é conforme a seguir:

Ano	Valor
2023	115.127
2024	88.564
2025	88.538
Acima de 2026	134.619
Total	<u>426.848</u>

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Prática contábil

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Sociedade.

Ativos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, sendo revisados a cada data de balanço e reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

b) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	97.961	269.439
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	<u>(33.307)</u>	<u>(91.609)</u>
Efeito das adições e exclusões:		
Multas indedutíveis	(55)	(104)
Donativos e contribuições	(531)	(1.418)
Brindes	(312)	(539)
Recuperação de juros sobre indêbitos	29.664	-
Outras adições e exclusões permanentes	<u>722</u>	<u>1.628</u>
Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)	<u>2.519</u>	<u>(35)</u>
Imposto de renda e contribuição social efetivos	<u>(1.300)</u>	<u>(92.077)</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(10.405)	(90.918)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	9.105	(1.159)
Alíquota efetiva – antes dos indêbitos	31,6%	34,0%
Alíquota efetiva – depois dos indêbitos	1,3%	34,0%

c) Impostos de renda e contribuição social diferidos

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Provisões diversas	2.836	344
Provisão para riscos	4.632	3.188
Arrendamento	7.786	2.500
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	<u>617</u>	<u>733</u>
Total	<u>15.871</u>	<u>6.765</u>

d) Cronograma de realização

	<u>Valor</u>
2022	3.453
2023 a 2026	<u>12.418</u>
Total	<u>15.871</u>

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos são provenientes de diferenças temporárias.

Em função do histórico recente de lucros tributáveis e da projeção de lucratividade futura para realização desses ativos, a Sociedade mantém registrado o crédito fiscal referente a diferenças temporárias.

14. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

a) Prática contábil

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado de desembolso de caixa futuro, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião das assessorias legais da Companhia.

b) Composição e movimentação dos saldos

	Trabalhistas				Total
	<u>(i)</u>	<u>Cíveis (ii)</u>	<u>Tributária</u>	<u>Administrativo</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.068	5.752	-	-	10.820
Adições	947	1.070	-	-	2.017
Reversões	<u>(1.705)</u>	<u>(1.756)</u>	-	-	<u>(3.461)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>4.310</u>	<u>5.066</u>	-	-	<u>9.376</u>
Adições	2.781	1.947	53	579	5.360
Reversões – pagamentos	<u>(1.090)</u>	<u>(22)</u>	-	-	<u>(1.112)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>6.001</u>	<u>6.991</u>	<u>53</u>	<u>579</u>	<u>13.624</u>

Com base na análise individual dos processos administrativos e judiciais relacionados a questões trabalhistas e cíveis movidos contra a Companhia, foram constituídas provisões no passivo, para riscos com perdas consideradas prováveis na avaliação de nossos assessores jurídicos, como segue:

- (i) Processos trabalhistas, principalmente relativos a demissões no curso normal de seus negócios.
- (ii) Processos de natureza cível (indenizações, cobranças, entre outras) que se encontram em diferentes fases processuais e em diversos fóruns judiciais.

A Companhia possui depósitos judiciais trabalhistas no valor de R\$3.064 (R\$3.139 em 2020) que são efetuados para garantia dos processos em curso.

c) Processos classificados como possíveis

A Companhia é polo passivo em contingências administrativas e judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista, as quais são classificados como risco de perda possível pelos seus consultores jurídicos. Com base na análise individual dos processos judiciais correspondentes e, suportada por opinião de seus assessores legais, a Administração entende que esses processos não necessitam de provisão. Os processos classificados com probabilidade de perda “possível” totalizam R\$24.486 (R\$35.225 em 2020).

15. PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas referem-se a valores decorrentes de serviços prestados às Sociedades coligadas, saldos e transações provenientes de venda e compra de mercadorias para abastecimento de lojas, repassadas pelo valor dos custos efetivamente incorridos, pagamento de aluguel pela utilização das lojas e operação de securitização de títulos.

15.1. Contas a receber e a pagar junto a partes relacionadas

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Ativo circulante</u>		
Tenda Securitizadora S.A. - nota explicativa nº 4	11.240	-
Voxcred Administradora de Cartões, Serviços e Processamento S.A. - nota explicativa nº 6	56.069	58.991
<u>Ativo não circulante</u>		
Técnica Administração e Participações Ltda. (i)	114.487	107.372
Total Ativo	<u>181.796</u>	<u>166.363</u>
<u>Passivo circulante</u>		
Técnica Administração e Participações Ltda. (i)	(29.238)	(20.763)
Tenda Securitizadora S.A. – nota explicativa nº 11	(136.413)	(110.029)
Select Logística Integrada Ltda. – nota explicativa nº 11 (ii)	(5.748)	(2.497)
Técnica Administração e Participações Ltda. – nota explicativa nº 11	(6.537)	(2.083)
Voxcred Administradora de Cartões, Serviços e Processamento S.A. – nota explicativa nº 11	(19)	(34)
<u>Passivo não circulante</u>		
Técnica Administração e Participações Ltda. (i)	(104.985)	(89.137)
Total Passivo	<u>(282.940)</u>	<u>(224.543)</u>

- (i) Valores correspondentes aos ativos de direito de uso e passivo de arrendamento de imóveis.

15.2. Despesas e receitas com partes relacionadas

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Alimenta Angola Ltda (i)	6.428	23.201
Select Logística Integrada Ltda (ii)	(52.546)	(55.840)
Técnica Administração e Participações Ltda (iii)	(28.496)	(26.114)
Voxcred Administradora de Cartões, Serviços e Processamento S.A. (iv)	(5.292)	(3.657)
Total Resultado	<u>(79.906)</u>	<u>(62.410)</u>

- (i) Valores correspondentes as receitas com a exportação de mercadorias para Angola;
- (ii) Valores correspondentes a despesa operacional de logística;
- (iii) Valores correspondentes as despesas com depreciação e juros incorridos nos contratos de arrendamento - direito de uso;
- (iv) Valores correspondentes a tarifa do cartão Tenda e despesas com despesas com antecipação de recebíveis.

15.3. Remuneração dos administradores

A Diretoria Executiva da Companhia passou a ser estatutária a partir do exercício de 2021. As despesas relativas à remuneração do pessoal da Administração nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram como segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Remuneração	2.142	48
Encargos e benefícios	428	10
Total	<u>2.570</u>	<u>58</u>

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital subscrito em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é representado por 46.247 ações ordinárias nominativas no valor de R\$1,00 (um real) cada e é distribuído conforme descrito abaixo:

	<u>31/12/2021</u>		<u>31/12/2020</u>	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinária	%
PSN Participações S/A.	46.242	99,99%	46.242	99,99%
Integral Serv. Participações Ltda.	5	0,01%	5	0,01%
Total	<u>46.247</u>	<u>100,00%</u>	<u>46.247</u>	<u>100,00%</u>

b) Apropriação do lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício, em conformidade com o estatuto social da Companhia, tem a seguinte destinação: (i) Importância de 5% à constituição da reserva legal, limitado a 20% do capital social; (ii) Uma distribuição de dividendos mínima obrigatória não inferior a 25% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício; e (iii) Destinação do saldo remanescente dos lucros para a constituição da reserva de retenção de lucros, ou como a Administração definir, visando à continuidade de expansão das atividades da Companhia.

Não foi constituída reserva legal na importância de 5% do valor do lucro, porque a reserva legal já constituída atingiu o limite de 20% do valor do capital social.

c) Distribuição de lucros

Em 2021, a Companhia constituiu provisão para dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido, no valor de R\$ 24.165 (R\$ 42.123 em 2020, dos quais foram pagos R\$ 20.024 no 1º semestre de 2021).

17. RECEITA LÍQUIDA

a) Prática contábil

As receitas líquidas correspondem exclusivamente às vendas realizadas por meio das lojas da Companhia, e-commerce, postos de gasolina e lanchonetes.

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber em troca de bens ou serviços, excluindo impostos sobre vendas e líquidos de quaisquer benefícios concedidos a clientes (devoluções e descontos comerciais).

A receita sobre as vendas de mercadorias, é reconhecida se: (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável.

b) Composição dos saldos

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Mercado interno	5.406.004	4.565.280
Revenda de combustível	67.432	55.426
Mercado externo	12.369	28.099
Prestação de serviços	<u>2.709</u>	<u>1.246</u>
Receita operacional bruta	<u>5.488.514</u>	<u>4.650.051</u>
(-) Impostos incidentes	(322.672)	(317.551)
(-) Devoluções e cancelamentos	<u>(14.171)</u>	<u>(12.042)</u>
Receita operacional líquida	<u>5.151.671</u>	<u>4.320.458</u>

18. DESPESAS POR NATUREZA

a) Prática contábil

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas em nota explicativa.

b) Composição dos saldos

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Custo com estoques (i)	<u>(4.234.896)</u>	<u>(3.599.057)</u>
Custos das mercadorias vendidas	<u>(4.234.896)</u>	<u>(3.599.057)</u>

- (i) A Sociedade recebe bonificações, abatimentos em duplicata e mercadorias de fornecedores relativas aos contratos de fornecimento “acordos comerciais de composição de custo”, que são registradas como redutora das compras e reconhecidas ao resultado no período em que o estoque relacionado é vendido

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Despesas com comissões de cartões	(33.727)	(26.463)
Despesas com fretes	(63.449)	(52.546)
Despesas com marketing	(25.909)	(28.115)
Outras despesas com vendas	<u>(11.759)</u>	<u>(6.051)</u>
Despesas com vendas	(134.844)	(113.175)
Despesas com pessoal	(342.569)	(266.809)
Despesas com depreciação e amortização	(57.771)	(51.847)
Crédito de Pis e Cofins s/ depreciação e amortização	4.837	4.415
Despesas com amortização do direito de uso	(57.755)	(42.980)
Despesas com contas de consumo (água, energia, gás e telefone)	(41.011)	(32.436)
Despesas com serviços de terceiros	(18.502)	(16.925)
Despesas com ocupação	(7.098)	(10.186)
Despesas com manutenção	(14.960)	(11.363)
Despesas com tecnologia da informação	(12.672)	(9.477)
Despesas com assessorias e consultorias	(7.161)	(6.710)
Despesas com transporte de Valores	(4.294)	(4.331)
Despesas com contingências	(6.101)	(1.292)
Outras despesas	<u>(69.009)</u>	<u>(53.873)</u>
Despesas gerais e administrativas	<u>(634.066)</u>	<u>(503.814)</u>

19. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS, LÍQUIDAS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Créditos de PIS e Cofins – nota explicativa nº 8 (i)	-	105.646
Créditos de ICMS (i)	-	19.857
Impostos e taxas	(6.003)	(5.658)
Outras (despesas) receitas, líquidas	<u>(1.512)</u>	<u>9.584</u>
Outras (despesas) receitas, líquidas	<u>(7.515)</u>	<u>129.429</u>

- (i) Desde o ano 2008, os Estados têm modificado substancialmente suas legislações internas visando à implantação e ampliação da sistemática da substituição tributária do ICMS. Ocorre que, para abastecimento de suas lojas, a Companhia mantém centros de distribuição localizados estrategicamente no Estado de São Paulo, os quais recebem mercadorias com o ICMS de toda a cadeia comercial já antecipado (por força da substituição tributária) pelos fornecedores ou pela própria Companhia, então, as enviam para estabelecimentos. Essa remessa garante a Companhia o direito ao ressarcimento do ICMS anteriormente antecipado, ou seja, o ICMS da cadeia comercial pago na aquisição se transforma em crédito de imposto a ser ressarcido, nos termos da legislação interna do Estado de São Paulo. O processo de ressarcimento requer a comprovação, por meio de documentos fiscais e arquivos digitais das operações realizadas que geraram para a Companhia o direito ao ressarcimento. Apenas após sua homologação pelo Fisco Estadual e/ou o cumprimento de obrigações acessórias específicas que visam tal comprovação é que os créditos podem ser utilizados pela Companhia, o que ocorre em períodos subsequentes ao da sua geração.

20. RESULTADO FINANCEIRO

a) Prática contábil

As receitas e despesas financeiras da Sociedade compreendem: (i) despesa de juros; (ii) ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e (iii) ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

b) Composição dos saldos

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros sobre arrendamentos	(24.062)	(21.561)
Juros sobre debêntures, empréstimos e financiamentos	(27.662)	(12.642)
Amortização do custo de captação	(130)	-
Imposto sobre transações financeiras	(255)	(96)
Juros de antecipação	(2.354)	(3.308)
Variação cambial	(1.373)	(6.518)
Outros	(996)	(1.881)
Total despesas financeiras	<u>(56.832)</u>	<u>(46.006)</u>

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimentos s/ aplicação financeira	3.961	1.822
Ganho (Perda) com Instrumentos financeiros	6.252	-
Variação cambial	2.508	9.030
Juros sobre créditos tributários	1.451	70.497
Outras receitas financeiras	271	255
Total receitas financeiras	<u>14.443</u>	<u>81.604</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(42.389)</u>	<u>35.598</u>

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Prática contábil

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Sociedade quando a Sociedade for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros:

- Custo amortizado:

Quando um ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e

- Custo amortizado--continuação:

Quando os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

- Valor justo por meio do resultado (“VJR”):

Os ativos financeiros que não atendem aos critérios de mensuração ao custo amortizado acima mencionados são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Esses ativos financeiros são mensurados ao valor justo no final de cada período de relatório e os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo são registrados pelo regime de competência na demonstração do resultado, nas rubricas “Receitas financeiras” e “Despesas financeiras”, respectivamente;

A Administração desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Sociedade em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como:

- Valor justo por meio do resultado:

Compreendem os passivos mantidos para negociação mensurados pelo valor justo e cujos ganhos ou perdas são reconhecidos diretamente no resultado.

- Passivos financeiros ao custo amortizado:

Compreendem os passivos mensurados pelo método da taxa efetiva de juros, incluindo empréstimos, com alocação dos juros efetivos incorridos pelo respectivo período do contrato.

O método da taxa efetiva de juros é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

b) Instrumentos financeiros por categoria

	<u>Valor contábil 31/12/2021</u>	<u>Valor justo por meio do resultado</u>	<u>Custo Amortizado 31/12/2021</u>
<u>Ativos financeiros</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	194.541	11.240	183.301
Aplicações financeiras	20.009	20.009	-
Contas a receber	180.049	-	180.049
Outros ativos	20.395	-	20.395
Instrumentos financeiros derivativos	6.252	6.252	-
Depósitos judiciais	3.064	-	3.064
	<u>424.310</u>	<u>37.501</u>	<u>386.809</u>
<u>Passivos financeiros</u>			
Fornecedores	544.753	-	544.753
Empréstimos e financiamentos	178.948	-	178.948
Debêntures	390.014	-	390.014
Passivo de arrendamento	344.409	-	344.409
Outros passivos	3.853	-	3.853
	<u>1.461.977</u>	<u>-</u>	<u>1.461.977</u>

	Valor contábil <u>31/12/2020</u>	Custo Amortizado <u>31/12/2020</u>
<u>Ativos financeiros</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	157.832	157.832
Contas a receber	209.854	209.854
Outros ativos	13.343	13.343
Depósitos judiciais	3.139	3.139
	<u>384.168</u>	<u>384.168</u>
<u>Passivos financeiros</u>		
Fornecedores	487.753	487.753
Empréstimos e financiamentos	295.331	295.331
Debêntures	89.576	89.576
Passivo de arrendamento	294.601	294.601
Outros passivos	3.244	3.244
	<u>1.170.505</u>	<u>1.170.505</u>

c) Valor justo versus contábil

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Administração usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. Os empréstimos e financiamentos são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições usuais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como “não circulantes”, considerando-se a modalidade dos correspondentes financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2020 não havia instrumentos financeiros mensurados ao valor justo. Em 2021, os instrumentos financeiros avaliados ao valor justo estava assim classificado:

<u>Em 31 de dezembro de 2021</u>	Nota explicativa	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	11.240	-	11.240
Aplicações Financeiras	5	-	20.009	-	20.009
Instrumentos financeiros derivativos	21 (i)		6.252		6.252

Nenhum ativo ou passivo mensurado pelo valor justo foi reclassificado entre os níveis entre 31 de dezembro de 2021 e 2020.

d) Principais riscos financeiros aos quais estamos expostos

A Sociedade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e aplicações de recursos, riscos de mercado (câmbio e juros) e risco de liquidez, ao qual a Sociedade entende que está exposta, de acordo com sua natureza dos negócios e estrutura operacional.

A Administração desses riscos é efetuada por meio de definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limite de posições. Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa.

Adicionalmente, a Administração procede com a avaliação tempestiva da posição consolidada acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e monitoramento dos riscos aos quais está exposta.

e) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Sociedade não conseguir liquidar seus passivos financeiros quando vencerem. Nós gerenciamos nosso risco de liquidez assegurando, na medida do possível, que dispomos, em qualquer momento, de ativos líquidos disponíveis suficientes para liquidar, considerando nossas linhas de crédito, nossos passivos quando de sua data de vencimento, quaisquer que sejam as condições de mercado.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

	31 de dezembro de 2021		
	Até 1 ano	2 a 5 anos	Total
<u>Passivos financeiros</u>			
Fornecedores	544.753	-	544.753
Empréstimos e financiamentos	106.798	72.150	178.948
Debêntures	35.316	354.698	390.014
Passivo de arrendamento	64.510	279.899	344.409
Outros passivos	2.884	969	3.853
	<u>754.261</u>	<u>707.716</u>	<u>1.461.977</u>
	31 de dezembro de 2020		
	Até 1 ano	2 a 5 anos	Total
<u>Passivos financeiros</u>			
Fornecedores	487.753	-	487.753
Empréstimos e financiamentos	112.260	183.071	295.331
Debêntures	27.701	61.875	89.576
Passivo de arrendamento	48.191	246.410	294.601
Outros passivos	2.279	965	3.244
	<u>678.184</u>	<u>492.321</u>	<u>1.170.505</u>

As projeções de fluxo de caixa da Sociedade são monitoradas de forma contínua, para melhor ajustar os recursos disponíveis, bem como antecipar quaisquer eventos que possam afetar a nossa liquidez. Nós diversificamos nossas fontes de financiamento, através de contratações de empréstimos, financiamentos e debêntures, vide nota 12.

f) Risco da taxa de juros

A Sociedade possui ativos e passivos financeiros expostos ao risco de variação das taxas de juros. Uma análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI. A análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros sujeitos à sensibilidade da taxa de juros está apresentada conforme segue:

31 de dezembro de 2021	Risco	Exposição	Resultado financeiro		
			Cenário provável (i)	Cenário 25%	Cenário 50%
Exposição Líquida	Baixa do CDI	(382.136)	<u>(49.754)</u>	<u>(37.315)</u>	<u>(24.878)</u>

(i) Para o cenário provável do CDI, foram consideradas as projeções da taxa anual conforme site B3 (13,02% a.a.) para 360 dias.

g) Risco de crédito

O principal risco decorre de eventual dificuldade de liquidação das contas a receber proveniente de vendas do atacado com saldo em aberto de R\$6.767, com provisão de perda constituída de R\$1.759.

A Sociedade exerce uma postura ativa sobre o gerenciamento dos diversos riscos a que está sujeita, através de um conjunto de iniciativas, procedimentos e políticas operacionais abrangentes que permitem mitigar os riscos inerentes ao exercício das suas atividades.

A idade de vencimento de suas contas a receber e análise das perdas por inadimplência estão apresentadas na nota explicativa nº 6.

h) Gestão de capital

O objetivo da Companhia em relação a gestão de capital é a manutenção da capacidade de investimento, permitindo viabilizar seu processo de crescimento e oferecer retorno aos seus investidores. Dessa forma, o índice de alavancagem financeira é o resultado da divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida resulta na somatória dos financiamentos subtraído do total de caixa e equivalentes de caixa.

Demonstramos abaixo os índices em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Empréstimos e financiamentos	178.948	295.331
Debêntures	390.014	89.576
Passivo de arrendamento	344.409	294.601
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(194.541)</u>	<u>(157.832)</u>
Dívida líquida	718.830	521.676

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Patrimônio líquido	287.407	214.847
Patrimônio líquido e dívida líquida	<u>1.006.237</u>	<u>736.523</u>
Índice de alavancagem financeira	<u>250%</u>	<u>243%</u>

i) Transações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para limitar a exposição à variação de taxa de juros no mercado local como swaps de taxas de juros. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento dos exercícios. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando negativo. Os ganhos ou perdas resultantes das alterações do valor justo dos derivativos são contabilizados diretamente no resultado do exercício.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros somente para proteção de riscos identificados limitados a 100% do valor desses riscos. As operações com derivativos são exclusivamente utilizadas para reduzir a exposição à flutuação de taxa de juros, para a manutenção do equilíbrio da estrutura de capital.

A Companhia contratou junto ao Banco do Brasil S.A. em 12 de novembro de 2021 duas operação de swap com o objetivo de proteger toda a exposição à flutuação do IPCA sobre as debêntures, lastreadas aos certificados de recebíveis imobiliários – CRI, conforme divulgado na nota explicativa nº12. O valor e vencimento do hedge contratado equivale aos termos das debêntures.

A Companhia não adotou contabilidade de hedge para esse instrumento.

As operações contratadas são como segue:

	<u>Contrato 1º</u>	<u>Contrato 2º</u>
Valor nominal	148.978	180.421
Vencimento	anual de 2024 a 2026	anual de 2024 a 2028
Correção Contraparte	100% IPCA + 6,4803% a.a.	100% IPCA + 6,9809% a.a.
Correção Participante	110,91% CDI	114,74% CDI

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apurou ganho de R\$6.252, registrado na rubrica de “Instrumentos Financeiros derivativos” no balanço patrimonial e na rubrica de “Ganho (Perda) com Instrumentos financeiros” no resultado financeiro.

	<u>Taxa ponderada</u>	<u>Valor de referência em 31/12/2021</u>	<u>Valor justo em 31/12/2021</u>
Ponta ativa (comprada):			
Swap de taxa de juros	100%IPCA + 6,8% a.a.	338.310	338.310
Ponta passiva (vendida):			
Objeto de hedge (dívida)	113,2% CDI	(332.058)	(332.058)
Posição líquida		6.252	6.252

22. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

As transações listadas a seguir afetaram as demonstrações financeiras de forma relevante, contudo não impactaram o caixa:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Arrendamentos contratados	63.802	20.244
Remensuração dos arrendamentos	36.918	29.783
Fornecedores de obras / aquisição de imobilizado	6.304	-

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Descontinuação da operação em São José do Rio Preto

No dia 28 de fevereiro de 2022, a Companhia, por decisão estratégica da Administração, optou pela descontinuidade da operação de São José do Rio Preto. Para fins de demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, a Administração contabilizou uma provisão para recuperabilidade dos ativos ("Impairment"), no montante de R\$ 5.539. Além disso, efetuou a remensuração do contrato de arrendamento, refletido nas rubricas de direito de uso e passivo de arrendamento.